

Castigo Corporal de crianças: evidências e consequências para a saúde coletiva

Corporal Punishment of children: evidence and consequences for public health

Castigo Corporal infantil: evidencias y consecuencias para la salud colectiva

Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos
Maria Teresa Rossetti Massari
Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes

Resumo: Em agosto de 2025, foi publicado o relatório *Castigo corporal em crianças: impactos na saúde pública*, conduzido pela Unidade de Prevenção da Violência da Organização Mundial da Saúde (OMS), que apresenta a prevalência, nas consequências e nos fatores de risco do castigo corporal infantil, o que serve para expandir o espectro de intervenções que devem ser consideradas pelos países comprometidos com sua eliminação. O relatório converge com outros estudos para concluir que a proibição do castigo corporal é necessária, mas insuficiente para eliminá-lo. Consequentemente, enquanto os países continuam com seus esforços para cumprir as obrigações de proibir o castigo corporal infantil, eles também devem explorar o potencial de prevenção de intervenções por uma abordagem socioecológica mais ampla, projetada para impactar os fatores de risco do castigo corporal infantil nos níveis individual, relacional, comunitário e social.

Palavras-chave: Criança; Violência; Determinantes Sociais da Saúde; Saúde Pública; Direitos Humanos.


Abstract: *This article presents the report Corporal Punishment of Children: Public Health Impacts, conducted by the Violence Prevention Unit of the World Health Organization (WHO), which focuses on the prevalence, consequences, and risk factors of child corporal punishment, serving to expand the range of interventions that should be considered by countries committed to its elimination. The report aligns with other studies in concluding that the prohibition of corporal punishment is necessary but insufficient to eliminate it. Consequently, while countries continue their efforts to meet the obligations of prohibiting child corporal punishment, they must also explore the prevention potential of interventions through a broader socioecological approach, designed to address the risk factors of child corporal punishment at the individual, relational, community, and societal levels.*

Keywords: *Child; Violence; Social Determinants of Health; Public health; Human Rights.*

Resumen: *Este artículo presenta el informe Castigo Corporal en Niños: Impactos en la Salud Pública, llevado a cabo por la Unidad de Prevención de la Violencia de la Organización Mundial de la Salud (OMS), que se centra en la prevalencia, las consecuencias y los factores de riesgo del castigo corporal infantil, lo cual sirve para ampliar el espectro de intervenciones que deben ser consideradas por los países comprometidos con su eliminación. El informe converge con otros estudios al concluir que la prohibición del castigo corporal es necesaria pero insuficiente para eliminarlo. En consecuencia, mientras los países continúan con sus esfuerzos para cumplir con las obligaciones de prohibir el castigo corporal infantil, también deben explorar el potencial preventivo de intervenciones mediante un enfoque socioecológico más amplio, diseñado para impactar los factores de riesgo del castigo corporal infantil en los niveles individual, relacional,*

comunitario y social.

Palabras clave: Niño; Violencia; Determinantes Sociales de la Salud; Salud Pública; Derechos Humanos.

 <p>Corporal punishment of children the public health impact</p> <p>World Health Organization</p>	<p>O relatório da Organização Mundial da Saúde “<i>Corporal punishment of children: the public health impact</i>” mostra que o castigo corporal é a forma mais comum de violência contra crianças, inclusive entre as muito pequenas, presente em lares, escolas e outras instituições. A análise evidencia sua alta prevalência global e associações com múltiplos danos: físicos, cognitivos, socioemocionais, mentais, educacionais e sociais, além de elevados custos econômicos. O documento conclui que a proibição legal é necessária, mas insuficiente, defendendo a adoção de uma abordagem socioecológica ampla, capaz de promover práticas de disciplina positivas e não violentas e de fortalecer políticas públicas intersetoriais para prevenir e eliminar o castigo corporal infantil.</p>
--	---

Publicado em 11 de agosto de 2025, o relatório *Castigo corporal em crianças: impactos na saúde pública*, coordenado pela Unidade de Prevenção da Violência da Organização Mundial da Saúde (OMS), descreve a prevalência, as consequências e os fatores de risco e de proteção do castigo corporal infantil, que é definido pelo Comitê da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos da Criança como "qualquer punição na qual a força física é usada e tem a intenção de causar algum grau de dor ou desconforto, por mais leve que seja". Isso pode envolver bater com a mão ou objetos, chutar, sacudir, puxar cabelo, queimar, forçar posições dolorosas ou ingestão de substâncias. Muitas vezes, ocorre junto a violências psicológicas, como humilhações ou ameaças. Tradicionalmente, essas práticas são aceitas e legitimadas por leis, religiões e culturas em várias sociedades.

Em termos metodológicos, foi realizada para o relatório uma revisão de dados existentes, incluindo fontes globais e nacionais, além de literatura acadêmica sobre prevalência, impactos e fatores de risco do castigo corporal. Também se utilizou um repositório global sobre a situação legal do castigo corporal, sua prevalência e ferramentas para sua eliminação. O relatório contou ainda com a revisão e contribuições de especialistas internacionais com reconhecida experiência no tema e em seus efeitos na saúde pública.

Prevalência do castigo corporal

O castigo corporal é altamente prevalente em todo o mundo e o UNICEF estima que, globalmente, 1,2 bilhão de pessoas até 18 anos sejam submetidas a castigos corporais em casa por ano, e entre um quarto e metade das crianças sofrem castigos corporais nas escolas. Ele atravessa fronteiras geográficas, culturais e econômicas, sendo reconhecido como a forma mais comum de violência contra crianças.

Apesar de ser bastante prevalente em lares e escolas, essa violência também ocorre em diversos outros contextos, como em instituições de acolhimento, justiça juvenil, esportes, trabalho, ambientes religiosos e comunitários. Contudo, poucos estudos analisam sua prevalência nesses contextos, e muitos acabam confundindo castigo corporal com outros tipos de violência.

- Castigo corporal em lares: prevalência global e regionais

Como citado, em torno de 1,2 bilhão de crianças até 18 anos sofrem castigo corporal em casa a cada ano. Em 58 países analisados, 17% sofreram formas graves, como golpes na cabeça, rosto ou orelhas, ou agressões fortes e repetidas. O problema atinge até bebês e crianças muito pequenas: cerca de 330 milhões de menores de 5 anos (50%) são punidos fisicamente todos os anos. Embora presente em todas as regiões, há variações: menores taxas na Europa e Ásia Central (41%) e no Leste Asiático e Pacífico (48,2%); taxas intermediárias na América Latina e Caribe (55,2%) e no Sul da Ásia (64,6%); e as mais altas na África Subsaariana (70,6%) e no Oriente Médio e Norte da África (75,8%).

- Castigo corporal em lares: prevalências nacionais

As taxas nacionais variam bastante entre e intra países e ao longo do tempo. Pesquisas em países de baixa e média renda (2009-2013) mostraram prevalências que vão de 30% no Cazaquistão e 32% na Ucrânia, a 77% no Togo e 64% em Serra Leoa. Em países de alta renda, estudos também revelam alta frequência: na Austrália, 62,5% dos adultos relataram ter sofrido castigo corporal na infância; no Reino Unido, em 2020-2021, era mais comum entre crianças de 3 anos, afetando mais meninos (70%) que meninas (64%); e nos EUA (2015), 25% dos pais de crianças <5 anos batiam várias vezes por semana, 17% usavam objetos (cintos, réguas etc.), e 69% disseram que adotariam práticas positivas se as conhecessem melhor.

Sobre tendências, estudos mostram que, em 10 países de alta renda (ex.: Suécia, Alemanha, Japão), a prevalência caiu entre os anos 1970 e 2020, em alguns casos antes mesmo da aprovação de leis de proibição. Já em 24 países de baixa e média renda (2004-2022), não houve associação consistente entre leis de proibição e redução das taxas: em alguns países com leis os índices até aumentaram, enquanto em outros sem leis houve queda.

Consequências do castigo corporal

As consequências do castigo corporal infantil podem durar a vida toda e prejudicar a saúde física e mental, a educação e o funcionamento social e ocupacional. O relatório descreve os fatores de risco subjacentes nos níveis individual, familiar, comunitário e social. Conclui que agora há evidências científicas contundentes de que o castigo corporal infantil acarreta múltiplos riscos de danos e não traz benefícios para as crianças, os pais ou a sociedade. Os esforços para promulgar e aplicar leis que proibam o castigo corporal são necessários, mas não suficientes, e devem ser complementados por esforços para apoiar pais e professores no uso de abordagens disciplinares positivas e não violentas.

Diversos estudos e meta-análises realizadas ao longo de cinco décadas em diferentes contextos geográficos e culturais identificaram fortes associações entre castigo corporal e impactos negativos ao longo da vida. Nenhum estudo encontrou efeitos positivos do castigo

corporal no desenvolvimento ou bem-estar infantil. A consistência dessas evidências levou pesquisadores a concluir que existem relações causais e a recomendar que profissionais de saúde e formuladores de políticas alertem sobre os danos do castigo corporal e desaconselhem seu uso.

- Danos físicos

O castigo corporal pode causar ferimentos diretos, como golpes com mãos ou objetos, chutes, imersão em água, ingestão forçada de substâncias nocivas e outras formas de força física. Também provoca danos físicos indiretos, com impactos de curto e longo prazo, ao gerar respostas fisiológicas e psicológicas ao estresse, especialmente em crianças pequenas. Isso pode levar a alta reatividade hormonal, sobrecarga de sistemas biológicos (nervoso, cardiovascular e nutricional) e alterações na estrutura e função cerebral.

- Comprometimento do desenvolvimento cognitivo e socioemocional

O castigo corporal afeta negativamente o desenvolvimento cognitivo. Em 49 países de baixa e média renda, crianças expostas eram 24% menos propensas a estar no desenvolvimento esperado. Os impactos incluem confusão, hiperatividade, vocabulário menor, habilidades cognitivas inferiores e atraso no desenvolvimento. Estudos de neuroimagem indicam redução do volume de matéria cinzenta em áreas associadas ao desempenho cognitivo, mesmo com punição considerada “moderada”. Crianças punidas fisicamente apresentam maior ativação cerebral diante de estímulos de medo, indicando alterações no funcionamento do cérebro. Efeitos semelhantes foram observados no castigo corporal escolar.

- Danos à saúde mental

Há fortes associações entre castigo corporal e problemas de saúde mental na infância e na vida adulta. Crianças punidas fisicamente sentem medo, dor e tristeza, e têm maior risco de ansiedade, depressão, baixa autoestima, hostilidade e instabilidade emocional. Estudos nacionais indicam que esses problemas podem persistir na vida adulta, incluindo depressão, ansiedade, autolesão, abuso de álcool e drogas e tendências suicidas.

- Problemas comportamentais e baixa internalização moral

O castigo corporal não ensina crianças a se comportarem adequadamente; pelo contrário, aumenta comportamentos negativos, já que modela o uso da violência para controlar os outros. Revisões de estudos em vários países mostram que crianças punidas fisicamente tendem a piorar seu comportamento ao longo do tempo, apresentando baixa internalização moral, menor empatia, dificuldades de resolução de conflitos e autorregulação, além de comportamentos como bullying, mentiras, evasão escolar, envolvimento em crimes e comportamentos sexuais de risco. A agressividade é maior, especialmente em meninos, que podem reproduzir violência em relações com pares e familiares.

- Relações parentais prejudicadas

O castigo corporal pode danificar seriamente a relação entre pais e filhos, efeitos que podem persistir na vida adulta. Crianças relatam sentir-se magoadas, com medo e raiva dos pais, levando à evasão e dificuldades de vínculo. Há associação com apego ruim em bebês e relações familiares problemáticas na adolescência.

- Comprometimento do aprendizado e desempenho escolar

O castigo corporal prejudica o desenvolvimento cognitivo e comportamental, impactando desempenho escolar em leitura, escrita e matemática. Adultos que sofreram castigo corporal na infância tendem a ter menos chances de se formar na faculdade ou alcançar cargos de alto status e remuneração. Na escola, cria um ambiente intimidador, reduz a capacidade de aprendizagem, gera altas taxas de ferimentos físicos, aumenta a rejeição à escola e aos professores, prejudica a concentração e pode contribuir para abandono escolar. Em instituições onde o castigo corporal é permitido, observa-se pior desempenho escolar e um ambiente de violência normalizada que pode facilitar violência sexual.

- Maior aceitação e uso de múltiplas formas de violência na sociedade

Estudos mostram que o castigo corporal está associado a efeitos negativos em nível social, incluindo maior aceitação e prevalência de outras formas de violência. Altas taxas de castigo corporal correlacionam-se com mais violência entre parceiros íntimos, crenças de que maridos podem agredir esposas, coerção sexual e maior probabilidade de violência física ou verbal. Homens que sofreram castigo corporal na infância tendem a reproduzir violência, adotar atitudes de gênero desiguais, envolver-se em brigas e crimes, pagar por sexo, apresentar baixa autoestima e depressão, além de menor participação em tarefas domésticas e cuidados parentais.

- Custos econômicos e sociais

Os impactos negativos do castigo corporal se traduzem em custos significativos para a sociedade, incluindo sobrecarga dos serviços de saúde, proteção infantil e justiça, além da perda de capital humano. Estima-se que a violência contra crianças represente 2 a 5% do PIB global anualmente, e que a inação frente à violência escolar, incluindo o castigo corporal, cause perdas globais de cerca de US\$ 11 trilhões em ganhos ao longo da vida.

Fatores de risco e de proteção

O modelo ecológico social da violência interpessoal, adotado pelo relatório, reconhece que não há um único fator que explique por que alguns indivíduos usam violência ou por que ela é mais prevalente em certas comunidades. A violência resulta de múltiplos níveis de influência: individual, relacional, comunitário e societal. Esse modelo é aplicado ao castigo corporal infantil para identificar fatores de risco.

Fatores individuais que aumentam a probabilidade de punição corporal infantil

- **Sexo e gênero:** em geral, a prevalência do castigo corporal é semelhante entre meninos e meninas, mas os tipos e a frequência de punição podem variar por gênero. Estudos mostram que meninos recebem mais punição em escolas, especialmente por professores homens. Por exemplo, na Namíbia, professores homens puniam meninos com mais que o dobro da frequência em relação às meninas, enquanto professoras puniam mais meninas que meninos. Pesquisa no Paquistão indicou que 91,4% dos meninos e 60,9% das meninas relataram punição corporal na escola, e 60,3% dos meninos e 37,1% das meninas em casa.

- **Deficiência:** crianças com deficiências têm maior risco de sofrer castigo corporal. Estudos na Guiné, Níger, Serra Leoa e Togo mostraram que quase todas as crianças com deficiência relataram algum tipo de violência, incluindo punição física. Nos EUA, crianças com deficiência eram mais de 50% mais propensas a receber castigo corporal em certas áreas.
- **Idade:** crianças de 2 a 4 anos são tão ou mais propensas que crianças mais velhas a serem expostas a punição física, incluindo formas severas.

Características familiares e redes de amizade

- **Transmissão intergeracional do castigo corporal:** o castigo corporal tende a se perpetuar entre gerações. Experiências de punição na infância aumentam a probabilidade de adultos aplicarem punição em seus próprios filhos. Estudos, incluindo meta-análises, confirmam o ciclo intergeracional da violência. Na Colômbia, mães que sofreram castigo corporal na infância tinham maior probabilidade de punir filhos menores de 5 anos com palmadas ou objetos. Na Finlândia (2021), 14% dos adultos consideravam o castigo corporal aceitável e 44% já o utilizaram; aqueles que vivenciaram punição na infância eram mais propensos a aceitá-la e praticá-la.
- **Crianças em lares com outras formas de violência:** crianças que vivem em lares com violência entre parceiros íntimos (VPI) têm maior risco de sofrer castigo corporal. Uma revisão sistemática de 2023 analisou 33 estudos em 24 países de baixa e média renda, mostrando que, em quase todos os casos, havia forte associação entre VPI e violência contra crianças. Estudos em países como Macedônia, Moldávia e Romênia mostraram que mães expostas a IPV eram sete vezes mais propensas a praticar maus-tratos, incluindo castigo corporal, contra seus filhos. Dados de 12 países da América Latina e Caribe confirmaram que crianças eram mais frequentemente punidas fisicamente quando mulheres da casa eram vítimas de VPI.
- **Experiências parentais adversas:** crianças cujos pais enfrentam situações adversas, como depressão, abuso de álcool ou drogas, têm maior risco de castigo corporal. Na Suécia (2022), abusos severos persistiam em famílias com uso de álcool e drogas. Na Austrália (2012), crianças em contato com serviços de proteção eram mais propensas a sofrer múltiplos abusos se o cuidador abusava de álcool. Nos EUA, pais que bebiam frequentemente, especialmente socialmente, aplicavam mais castigo corporal, e pais estressados, deprimidos ou com abuso de substâncias tinham maior probabilidade de punir fisicamente seus filhos. Famílias que enfrentam múltiplos desafios simultâneos, como VPI, ansiedade, abuso de substâncias e pobreza, colocam crianças em risco ainda maior. Por exemplo, estudo com 744 mulheres afegãs mostrou que o uso de violência contra crianças estava associado à exposição à VPI, experiências adversas na infância e pobreza.

Características sociais

- **Pobreza e baixa renda:** embora o castigo corporal possa ocorrer em qualquer nível de renda, crianças em comunidades de baixa renda estão em maior risco. Dificuldades materiais, insegurança alimentar, problemas de moradia e acesso limitado a serviços médicos aumentam o estresse e a irritabilidade dos cuidadores, elevando a probabilidade de punição física severa. Estudos na Austrália e EUA mostram que

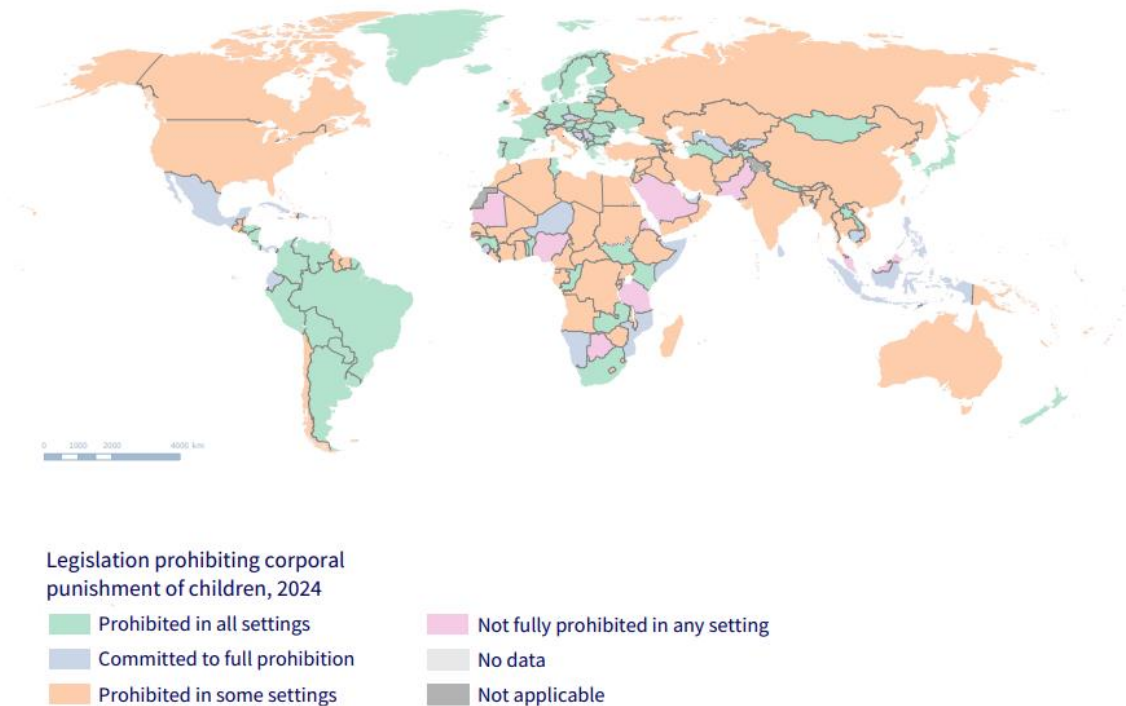
crianças que vivenciaram dificuldades econômicas na infância tinham mais chances de receber castigo corporal. Em alguns países, a punição física na escola é mais comum em comunidades pobres, e crianças de famílias de baixa renda pode ser punidas por não cumprirem requisitos escolares, não possuírem materiais ou não conseguirem completar tarefas.

- **Racismo, classe social e discriminação:** crianças podem estar em maior risco de castigo corporal escolar devido a preconceito racial, étnico ou de imigração. Nos EUA, estudantes negros, meninos e crianças com deficiência são mais frequentemente punidos fisicamente. Na África do Sul, estudantes negros relataram três vezes mais violência escolar, incluindo castigo corporal por professores. Crianças migrantes na Índia relataram punições físicas e verbais humilhantes com frequência dobrada em relação a outros alunos. A discriminação pode agravar efeitos negativos, incluindo bullying, baixo desempenho acadêmico e problemas de saúde mental. Alguns países proíbem o castigo corporal para meninas, mas não para meninos, como em Singapura, Zimbábue e Nigéria.

Do mesmo modo que os fatores de risco são multidimensionais, os fatores de proteção necessariamente perpassam por diversas dimensões e contextos. As estratégias devem incluir a implementação e fiscalização de leis, mudanças de normas sociais, criação de ambientes seguros, apoio a pais e cuidadores, fortalecimento econômico, oferta de serviços de apoio e promoção de educação e habilidades para a vida. Embora poucas tenham sido avaliadas especificamente para o castigo corporal, essas abordagens já se mostraram eficazes na redução de outras formas de violência infantil, que compartilham fatores de risco semelhantes. Por exemplo, programas de apoio parental reduzem maus-tratos, e intervenções escolares diminuem a violência por parte de professores. Isto é, a proibição legal deve ser apenas um componente de um esforço mais amplo. Para alcançar mudanças duradouras, é essencial combinar a legislação com intervenções multifacetadas que abordem as causas profundas do castigo corporal,

A alta prevalência e graves consequências ao longo da vida exigem que ações preventivas eficazes sejam abrangentes e ampliadas. Até o momento, o que o Comitê dos Direitos da Criança identifica como “a obrigação de todos os Estados Partes de agir rapidamente para proibir e eliminar todos os castigos corporais e todas as outras formas cruéis ou degradantes de punição de crianças” levou a um foco na defesa de reformas legislativas para proibir o castigo corporal em todos os ambientes, incluindo lares e escolas (Mapa 1).

Mapa 1 - Legislação que proíbe o castigo corporal de crianças, por país, 2024.



Fonte: OMS (2025).

No mapa, é possível observar que na Europa e na América Latina têm muitos países que indicam proibição em todos os contextos (verde). A África e Ásia apresentam grande variação: alguns países com proibição total (verde), outros apenas em alguns contextos (laranja) ou sem proibição completa em nenhum contexto (rosa). Países como Estados Unidos, Austrália e China aparecem em laranja, indicando proibição parcial. Algumas regiões do Oriente Médio ainda não têm proibição completa em nenhum contexto (rosa).

Em 2021, A [74ª Assembleia Mundial da Saúde aprovou uma resolução sobre o fim da violência contra crianças](#), ressaltando que todas as crianças devem estar livres de violência. A resolução enfatiza o papel do setor da saúde na identificação, prevenção e resposta à violência contra crianças, no âmbito das respostas nacionais intersetoriais. De forma semelhante, em 2013, em reconhecimento ao imperativo dos direitos humanos de proibir todo castigo corporal, e à importância da proibição para reduzir todas as formas de violência contra crianças e outras violências nas sociedades, nove organizações internacionais de saúde emitiram uma declaração conclamando à proibição e eliminação de todo castigo corporal, com o objetivo de melhorar a saúde física e mental, assim como outros desfechos de desenvolvimento para crianças e adultos.

Referência

WHO. **Corporal punishment of children: the public health impact**. Geneva: World Health Organization; 2025. <https://doi.org/10.2471/B09424>.